

**POVOS INDÍGENAS NO NORDESTE:
MOBILIZAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS,
AFIRMAÇÕES ÉTNICAS E CONQUISTAS DE
DIREITOS¹**

Edson Silva²
edson.edsilva@hotmail.com

Povos indígenas no Nordeste contemporâneo

Com suas mobilizações os índios no Nordeste vêm ocupando cada vez mais espaços no cenário sociopolítico regional e assim questionando as tradicionais visões e imagens que advogam a inexistência, a extinção ou ainda o gradual desaparecimento dos povos indígenas na Região. Por longos anos e até bem recentemente, os indígenas³ no Nordeste foram

¹ As ideias nesse texto retomam reflexões anteriormente publicadas de forma esparsa.

² Doutor em História Social. É professor de História no CENTRO DE EDUCAÇÃO/Col. de Aplicação-UFPE no Campi Recife. Leciona no PROFHISTÓRIA-Rede de Mestrado Profissional em Ensino de História/UFPE, no Programa de Pós-Graduação em História/UFCG (Campina Grande-PB) e no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena na UFPE/Campi Caruaru, destinado a formação de professores/as indígenas em Pernambuco.

³ Utilizamos a grafia “índios” ou “indígenas” com explicitada pelos próprios: “Com o surgimento do movimento indígena organizado a partir da década de 1970, os povos

desconsiderados nas reflexões históricas, antropológicas e das Ciências Humanas e Sociais em uma visão baseada nas concepções da aculturação ou mestiçagem, após a extinção oficial dos aldeamentos indígenas a partir de meados do Século XIX.

Durante muito tempo, nos estudos sobre a História do Brasil, além das referências ao “índio” apenas nos primeiros anos da colonização, predominou a visão sobre os povos nativos como vitimados pelos inúmeros massacres, extermínios e genocídios provocados pela invasão dos portugueses a partir de 1500, e que os poucos sobreviventes, estavam condenados ao desaparecimento engolidos pelo progresso, através da “aculturação”, integrando-se à nossa sociedade, como preconizou Darcy Ribeiro no conhecido livro *Os índios e a civilização*. Em geral, essas ideias que permanecem sendo ensinadas na maioria das escolas e mesmo nas universidades, ainda aparecem em muitos manuais didáticos, principalmente nos livros de História do Brasil, são também veiculadas pela mídia e expressas pelo senso comum.

Contrariando todas as previsões trágicas, os povos indígenas no Brasil ao longo dos anos de colonização, não somente elaboraram diferentes estratégias de resistência/sobrevivência seja por meio das guerras, das alianças, das acomodações, das simulações, etc., como também alcançaram nas últimas décadas, como recentemente noticiou a imprensa, um considerável crescimento populacional, segundo estimativas do IBGE em 2010, questionando assim as tradicionais visões eurocêntricas e colonialistas que tratavam esses povos como atrasados, impotentes, em extinção etc., o

indígenas do Brasil chegaram à conclusão de que era importante manter, aceitar e promover a denominação genérica de índio ou indígena, como uma identidade que une, articula, visibiliza e fortalece todos os povos originários do atual território brasileiro e, principalmente, para demarcar a fronteira étnica e identitária entre eles, enquanto habitantes nativos e originários dessas terras, e aqueles com procedência de outros continentes, como os europeus, os africanos e os asiáticos. A partir disso, o sentido pejorativo de índio foi sendo mudado para outro positivo de identidade multiétnica de todos os povos nativos do continente. De pejorativo passou a uma marca identitária capaz de unir povos historicamente distintos e rivais na luta por direitos e interesses comuns. É neste sentido que hoje todos os índios se tratam como parentes”. (BANIWA, 2006, p.30-31).

que exigiu reformulações das teorias explicativas sobre o destino desses povos.

Mesmo considerando as violências coloniais, que provocaram significativa de população dos povos nativos, a exemplo do Brasil, onde uma população estimada em cinco milhões em 1500 e estimada mais recentemente em mais de 900 mil indígenas, como contabilizou o Censo IBGE/2010. As discussões iniciadas nos anos de 1980 no Brasil na área da Antropologia, sobre as diferentes formas da colonização, as relações culturais em situações de contatos, sobre a identidade étnica de cada povo, as suas visões sobre territórios, etc., como também as novas abordagens pelos estudos de História, possibilitaram repensar a ideia atribuída aos indígenas como “povos derrotados”, passivos, subjugados, que passaram a ser vistos como sujeitos/agentes ativos no processo colonial, num contexto de dominação/imposições culturais.

Esses estudos buscaram compreender como os diversos povos em diferentes contextos e situações históricas, elaboraram diferentes estratégias que possibilitaram a sobrevivência nesses cinco séculos de colonização. Nessa perspectiva John Monteiro, reconhecido pesquisador da história indígena afirmou:

Importa recuperar o sujeito histórico que agia de acordo com a sua leitura do mundo ao seu redor, leitura esta informada tanto pelos códigos culturais da sua sociedade como pela percepção e interpretação dos eventos que se desenrolavam (Monteiro, 1999, p.248).

Foi então ampliada a concepção do próprio conceito de resistência, até então vigente, enquanto confronto conflitos bélicos, guerras com fins trágicos e a morte de milhares de indígenas, para uma concepção mais ampla de relações culturais diferenciadas em um contexto de dominação e violências culturais: a resistência cultural do cotidiano, por meio de gestos, práticas, atitudes que quebraram uma suposta totalidade, hegemonia da dominação colonial.

Uma vez questionadas as visões a respeito dos indígenas como “povos vencidos” e as ideias do “genocídio” e do “etnocídio”, enquanto total destruição física e cultural, por meio de novas abordagens, vem sendo

estudadas, a exemplo de Pompa (2002), as diferentes estratégias utilizadas pelos povos nativos em uma permanente resistência ao colonialismo. Estratégias expressas nos acordos, alianças, simulações, acomodações, etc. ou ainda as apropriações simbólicas através das quais os povos indígenas transformaram de ritos e expressões culturais dos colonizadores, reformulando-as, adaptando-as, refazendo-as, influenciando-as, reinventando-as, no que foi denominado por muitos autores como religiosidade popular, sincretismo, hibridismo cultural, etc., que permeiam os anos de colonização.

As pesquisas recentes na documentação de missões religiosas revelaram que mesmo naqueles contextos de diversas violências explícitas, os povos indígenas simularam-se derrotados e sabotaram a dominação colonial, estabelecendo uma “resistência invisível”, através da persistência de práticas religiosas ancestrais, com simulações de adesão ao cristianismo, práticas estas consideradas como idolatrias pelos missionários, deixando-os bastante irritadas ao perceberem os desvios em seus trabalhos catequéticos.

Acordos negociados entre líderes indígenas e colonizadores garantiram a influência e o poder dos primeiros sobre seus grupos. Casos de rebeliões em aldeamentos de índios, considerados mansos e cristãos, colocavam em questão o trabalho catequético de anos, a serviço do poder régio, com um suposto controle colonial sobre os povos indígenas. Negociações possíveis em um contexto de dominação foram feitas em diferentes situações e momentos, o que possibilitou aos povos indígenas manterem um convívio aparentemente pacífico no mundo colonial, e assim, resistirem/sobreviverem na história da colonização.

Os índios no Nordeste: a integração dos “últimos tapuias”?

Os povos indígenas no Nordeste foram estudados e discutidos por vários pesquisadores. Com uma abordagem geral, em 1935 o antropólogo Estevão Pinto publicou *Os indígenas do Nordeste*, na renomada Coleção Brasileira da Editora Nacional. O primeiro volume tendo como subtítulo “Introdução ao estudo da vida social dos indígenas do Nordeste brasileiro”, trata-se de uma minuciosa pesquisa bibliográfica e documental ilustrada com mapas, quadros e fotografias. O segundo volume, com o subtítulo

“organização dos indígenas do Nordeste brasileiro”, veio a público em 1938 e, além de mapas e quadros, trouxe diversos desenhos, gravuras e estampas, reproduzidas de livros de viajantes que estiveram no Brasil. Esse volume é baseado principalmente nas informações dos cronistas coloniais e viajantes, tratando, em quase sua totalidade, dos chamados povos tupis no litoral.

A obra *Os indígenas do Nordeste* recebeu efusivas acolhidas de estudiosos da época, dentre os quais Gilberto Freyre, Pedro Calmon, o antropólogo Herbert Baldus, que publicaram resenhas críticas, elogiosas a erudição, a capacidade de interpretação e síntese do autor. Com a obra, o alagoano Estevão Pinto, mas com a trajetória profissional em Pernambuco, passou a ser conhecido no Brasil e no exterior, realizando conferências, participando de congressos, publicando artigos.

Estevão Pinto que realizava estudos sobre os índios Fulni-ô (Águas Belas/PE), seria nos próximos anos pesquisador e antropólogo da Fundação Joaquim Nabuco em Recife, dirigida por Gilberto Freyre, de quem era muito próximo, e principalmente de suas ideias a respeito da mestiçagem, foi adepto das concepções da aculturação e assimilação das populações indígenas com ênfase na progressiva caboclicização. Em *Os índios do Nordeste* o autor expressou o que reafirmará em escritos posteriores, a exemplo do livro *Etnologia brasileira: Fulniô, os últimos tapuias* publicado em 1966, sua visão sobre o desaparecimento paulatino dos índios e a crença em sua total extinção.

Embora não seja específico sobre os índios no Nordeste, o livro *Os índios a civilização* com o subtítulo “a integração das populações indígenas no Brasil moderno”, do antropólogo Darcy Ribeiro teve a primeira edição publicada no Brasil em 1970. No capítulo “Os índios do Nordeste” o autor fez uma retomada histórica sobre os processos de esbulhos das terras indígenas na Região. Ao tratar dos indígenas que habitavam no Sertão do São Francisco o antropólogo afirmou que em função da expulsão dos seus territórios, os índios se dispersaram, vivendo, no início do século XX, “aos bandos que perambulavam pelas fazendas, à procura de comida”. E de forma pejorativa e talvez sarcástica, completou: “vários magotes desses índios desajustados eram vistos nas margens do São Francisco” (1982, p.56).

Baseado em um relatório de Alípio Bandeira, funcionário do Serviço de Proteção aos Índios/SPI, sobre os Potiguara na Paraíba em 1913, Darcy Ribeiro escreveu:

Já então, nenhum potiguara falava o idioma tribal e, vistos em conjunto, não apresentavam traços somáticos indígenas mais acentuados que qualquer população sertaneja do Nordeste, muitos deles tinham até fenótipo caracteristicamente negroide ou caucasóide (1982, p.53).

O antropólogo enfatizava a pouca diferença entre aquele povo indígena e seus vizinhos, e que os índios, em seus cultos, estavam em um “processo de aculturação”, por terem adotado, além de instrumentos musicais, cantos e danças de origem africana. Para Darcy Ribeiro, outros povos indígenas na Região Nordeste viviam em condições semelhantes aos potiguaras. Em alguns deles se encontrava um pouco mais da “cultura original”, inclusive o uso da língua em cerimônias religiosas.

Baseado nas informações de William Hohental, um antropólogo norte-americano que visitou vários grupos indígenas no Nordeste entre 1951 e 1952, Ribeiro escreveu: “Na Serra do Araróba, em Pernambuco, sobrevivem cerca de mil e quinhentos índios Xukuru, em condições ainda mais precárias que a dos Potiguara”. Com suas terras esbulhadas desde os tempos coloniais, segundo Darcy, os referidos índios estavam

Altamente mestiçados com brancos e negros, já não se diferenciavam, pelo tipo físico, da população sertaneja local. Haviam esquecido também o idioma e abandonado todas as práticas tribais, exceto o culto do Juazeiro Sagrado, se é que este cerimonial fora originalmente deles (1982, p.54).

O pensamento antropológico dos anos 1950, expresso pelos antropólogos William Hohental e Estevão Pinto, era que: a ausência de uma pureza étnica dos índios, em razão das misturas, resultava das relações de convivência, dos casamentos entre indivíduos de supostos grupos originários (lusos, índios, africanos) que formaram a população nordestina. Essa mistura, se por um lado provocava a perda de suposta uma essência

cultural indígena, por outro lado, por meio do amálgama, gerava uma população brasileira. Nessa perspectiva, os índios viviam um processo de desintegração social e, portanto, desprovidos de sua pureza física e cultural originária, desapareciam rapidamente com o surgimento do caboclo.

Darcy Ribeiro classificou os índios utilizando os mesmos critérios da permanência ou não de aspectos de uma suposta cultura originária, em função da maior ou menor convivência e relações com as populações não indígenas locais, e também da continuidade do falar uma língua e a prática de rituais indígenas próprios.

Discutindo as chamadas “etapas da integração”, Darcy Ribeiro inseriu os Xukuru (atualmente habitantes em Pesqueira e Poção/PE), assim como outros grupos indígenas no Nordeste, na categoria “integrados” no quadro “Situação dos grupos indígenas brasileiros em 1957. Quanto ao grau de integração na sociedade nacional” (1982, p.236). Definindo o que seriam os grupos “integrados”, Ribeiro explicou tratar-se de grupos que se encontravam no século XX “ilhados em meio à população nacional”, vivendo como reserva de mão-de-obra, habitando pequenas parcelas de terras ou perambulando, dispersos na dependência e miséria.

Acrescentou ainda o antropólogo:

Pela simples observação direta, ou com apelo à memória, seria impossível reconstruir, ainda que palidamente a antiga cultura. Muitos grupos nessa etapa haviam perdido a língua original, nesses casos, aparentemente, nada os distinguiu da população rural com que conviviam. Igualmente mestiçados, vestindo os mesmo trajes, talvez apenas um pouco mais maltrapilhos, comendo os mesmo alimentos, poderiam passar despercebidos se eles próprios não estivessem certos de que constituíam um povo e não guardassem uma espécie de lealdade étnica e se não fossem vistos pelos seus vizinhos como ‘índios’. Aparentemente, haviam percorrido todo o caminho da aculturação, mas para se assimilarem faltava alguma coisa imponderável – um passo apenas que não podiam dar (RIBEIRO, 1982, p.235).

Em suas análises, o antropólogo por vezes expressou certa ambiguidade sobre os povos que classificou como “integrados”. Discorrendo sobre A “destribalização e marginalidade”, o autor retomou o caso Xukuru em suas manifestações religiosas, comparando-as com o culto dos Fulni-ô (atualmente habitando em Águas Belas/PE). Enfatizando o caráter secreto dos rituais indígenas, apesar de se tratarem,

Nos dois casos, de tribos profundamente aculturadas, cujos membros são quase indistinguíveis, por seu modo de vida, dos sertanejos da região, principalmente os Xukuru que perderam completamente o domínio da língua tribal. Seus cultos têm de revelador, primeiro, a importância que os índios lhes atribuem e sua função explícita de mecanismo de intensificação da solidariedade grupal e de afirmação da identidade étnica. Segundo, o fato de que não guardam, provavelmente, quase nada da antiga tradição, tendo sido “elaborados” no processo de aculturação, apesar dos índios concebê-los como expressões de suas tradições ancestrais. (RIBEIRO, 1982, p.407).

A ambiguidade a que nos referimos pode ser constatada em outro trecho escrito pelo antropólogo, quando afirmou conclusivamente:

Conforme demonstramos exaustivamente, mesmo os grupos mais aculturados não parecem predispostos para essa dissolução e fusão; ao contrário, pendem para uma conciliação da identidade étnica tribal com certos modos de integração na vida nacional, ou ao menos na sociedade regional em que se encontram inseridos. (RIBEIRO, 1982, p.423).

Em seguida, o autor questionou as interpretações sobre a assimilação dos índios enquanto entidades étnicas, pois o que poderia ocorrer era a “absorção de indivíduos desgarrados, ao passo que aquelas entidades étnicas desapareceriam, ou se transfiguravam para sobreviver” (RIBEIRO, 1982, p.424). O antropólogo escreveu ainda que, com a aculturação e integração,

ocorria uma progressiva diminuição do contingente populacional indígena, mas reafirmou que os casamentos interétnicos das mulheres indígenas formavam “uma população nova com fenótipo indígena. O núcleo tribal, cada vez mais reduzido, subsiste, porém, como tal ou desaparece por extinção, sem se fundir jamais no neobrasileiro”. (RIBEIRO, 1982, p.425).

A perspectiva de Darcy Ribeiro não mudou, como se pode verificar no texto “Os índios e nós”, republicado uma década e meia depois, na coletânea *Sobre o óbvio* organizada pelo autor, em 1986. No referido texto, o antropólogo afirmou realizar uma avaliação baseada em dados de 1956. E sobre a “integração” dos grupos indígenas escreveu que:

Em lugar de assimilação o que ocorre é o seu desaparecimento por desgaste etnocida ou por extermínio genocida, ou sua sobrevivência como grupos ‘integrados’ a vida regional, na qualidade de contingentes cada vez menos diferenciados da gente do seu contexto mas que continuam, apesar disso, se identificando e sendo identificados como indígenas (RIBEIRO, 1986, p.248).

Para Darcy Ribeiro (1986) a integração era uma condição de sobrevivência das populações indígenas que, como “microetnias”, se integravam enquanto “contingentes residuais”, após o decréscimo populacional, a exemplo dos casos de grupos com séculos de contato, vivendo em condições sociais precárias:

Alguns deles conseguem conservar um pouco de sua cultura indígena original nos seus modos de prover a sua experiência do mundo. Mas os mais aculturados raramente conservam traços distintivos que não sejam os que lhes dão um mínimo de sustentação moral para suportarem ser diferentes num mundo majoritariamente formado por brancos, negros e mestiços, todos esquecidos de suas raízes e metidos na pele étnica e na cultura da sociedade nacional (RIBEIRO, 1986, p. 254).

São bastante conhecidas as concepções de genocídio e etnocídio sobre a história dos povos indígenas no Brasil, defendidas por Darcy

Ribeiro. O autor também advogou as “etapas da integração”, para os povos indígenas existentes nas áreas mais antigas da colonização portuguesa a exemplo do Nordeste. As categorias de índios “integrados” e de “grau de integração na sociedade nacional” foram atribuídas aos grupos indígenas que se encontravam no século XX “ilhados em meio à população nacional”, como também a ideia da aculturação e assimilação dos índios a sociedade nacional.

Em nota na Introdução de *Os índios e a civilização*, o autor afirmou que o livro era resultado do relatório de pesquisas realizadas desde 1952, que parcialmente publicara em 1958 e com versões de alguns dos capítulos divulgadas em revistas nacionais e internacionais, nos anos seguintes. Cabe lembrar ainda que Darcy Ribeiro foi funcionário do SPI, órgão estatal cuja concepção e atuação se fundamentava nos cânones positivistas, na proteção fraternal dos índios, atuando para integrá-los pacificamente ao mundo dos não-índios e, portanto, concebendo que ser índio era uma condição transitória e não respeitada. Sendo ainda Darcy Ribeiro um grande admirador das ideias e da pessoa do Marechal Rondon o fundador do SPI, a quem o antropólogo dedicou o citado livro.

Observemos que o citado livro com seu o título binário expressa oposições explícitas: “os índios” e a “civilização”. Ou mais sutis: os índios atrasados que se integram no “Brasil moderno”. Foi então a partir dessa perspectiva que o antropólogo pensou e escreveu sobre os povos indígenas na história do país. A ideia de um Brasil moderno formado por uma macro etnia, o povo brasileiro, que aparece em *Os índios e a civilização* foi retomada e defendida pelo autor em estudos posteriores. Na perspectiva de Darcy Ribeiro os povos indígenas, mesmo aqueles considerados “isolados”, enquanto “micro etnias” em nada influenciariam a História e a configuração do país, muito menos os “integrados”!

Os méritos de Darcy Ribeiro decorrem de ter sido o primeiro autor que discutiu o “problema indígena” de uma forma ampla, e por sua explícita posição política em denunciar as opressões sobre os índios na História do Brasil, o que tornou as ideias do antropólogo bastante conhecidas. *Os índios e a civilização*, livro com várias edições, por sua quantidade de informações e sistematização de dados, ainda que guardada as necessárias ressalvas, continua sendo uma leitura necessária para se conhecer parte da história das

populações indígenas no país. Além de ter sido traduzido para outras línguas, adotado nos diversos cursos de Ciências Sociais e Humanas no Brasil, formando uma geração de estudantes, foi também lido por profissionais de outras áreas e pelo público em geral. As ideias desse livro a respeito dos índios no Nordeste, em muito influenciaram a visão de outros estudiosos e o senso comum sobre os índios e suas expressões socioculturais na Região.

O “desaparecimento” dos índios no Nordeste

Em 1757, o então português Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal, promulgou um Diretório que passou a regular os índios no Brasil. Essa legislação estava baseada na ideia da liberdade dos índios, determinando dentre outras medidas que os aldeamentos seriam elevados à categoria de Vilas, com a instalação de câmaras de vereadores, a nomeação de um diretor leigo responsável pelos indígenas, favorecendo ainda “para civilizar os índios” a moradia de não índios em terras dos aldeamentos, incentivando os casamentos mistos entre portugueses e índios, obrigando os indígenas ao trabalho agrícola e ao comércio.

Com o chamado Diretório de Pombal, foi proibido aos indígenas o uso de seus próprios nomes, determinando usarem nomes e sobrenomes de famílias de Portugal, para se evitar que “na mesma povoação existissem muitas pessoas com o mesmo nome”. Tornou-se obrigatório no lugar das línguas indígenas o uso unicamente da Língua Portuguesa, determinava-se aos diretores leigos dos aldeamentos persuadir aos índios construírem suas casas “a imitação dos brancos, fazendo nelas diversos repartimentos”, para evitar os supostos vícios da “promiscuidade”, segundo a moral cristã da época. Além disso, deveria ser estimulado nos índios “o desejo de usarem vestidos decorosos e decentes”, não sendo permitido de modo algum andarem nus, “especialmente as mulheres”.

A execução das diretrizes da política indigenista estabelecida no Diretório Pombalino, em muitos antigos aldeamentos, a exemplo de regiões como o atual Nordeste, ocorreu com o incentivo a ocupação de moradores colonos, casamentos mistos, etc., foram favorecidos arrendatários ilegais a latifundiários, os “homens de bens”, vereadores que

formavam as oligarquias políticas locais e se apossaram dos territórios indígenas. Assim nas áreas mais antigas da Colonização os indígenas foram dispersos e suas terras paulatinamente ocupadas, transformadas muitas delas em fazendas que originaram as cidades interioranas do Brasil. A legislação pombalina foi abolida por Carta Régia de 1798 em função dos inúmeros abusos contra “a liberdade” e os bens indígenas. Embora revogada, na prática a legislação pombalina continuou sendo seguido nas províncias do Brasil no período pós-Independência (SAMPAIO, 2009)

Após meados do Século XIX, as câmaras municipais insistentemente solicitaram aos poderes públicos as terras dos antigos aldeamentos para patrimônio dos municípios, alegando a necessidade de expansão destes. Os vereadores legislavam em causa própria, uma vez que sendo a maioria deles invasores nas terras indígenas, com a medição e demarcação das terras dos aldeamentos, tiveram suas posses legitimadas. A partir de 1870 vários aldeamentos foram declarados oficialmente extintos no Nordeste, favorecendo os tradicionais esbulhos, legitimando-se os antigos invasores das terras indígenas.

Os povos indígenas no Nordeste lembram em suas memórias orais que com as invasões sistemáticas de suas terras e a decretação das extinções dos aldeamentos, ocorreram casos de umas poucas famílias que migraram para terras de outros aldeamentos, também oficialmente declarados extintos. Muitas famílias indígenas engrossaram o grande contingente de mão-de-obra espalhado pelas regiões vizinhas às aldeias, ora trabalhando nas fazendas, como moradores, agregados, sem terras, ora trabalhando no cultivo sazonal da cana-de-açúcar na Zona da Mata nordestina, ora vagando pelas estradas, sem-terras e sem-tetos vieram ocupar as periferias dos centros urbanos.

Contudo, outras poucas famílias indígenas conseguiram resistir às pressões nos seus antigos locais de moradias, ou às vezes em lugares das cercanias, mas de difícil acesso, e por meio das relações e vínculos (casamentos, moradias em terras comuns, etc.) estabelecidos com outros grupos de marginalizados (negros, brancos pobres) pelo sistema social vigente e das relações culturais na sociedade onde estavam inseridos, reelaboraram a identidade étnica afirmada pelos atuais povos indígenas no Nordeste. (SILVA, 2004).

A partir da segunda metade do Século XIX ocorreu um silêncio oficial sobre os povos indígenas no Nordeste. Esse silêncio estava baseado na ideia de assimilação dos índios, “confundidos com a massa da população”, como enfatizavam as autoridades, o que influenciou as reflexões históricas e os primeiros estudos antropológicos regionais que afirmavam o “desaparecimento” dos indígenas no processo de miscigenação racial, integração cultural e dispersão no conjunto da população regional.

Classificados como remanescentes de índios, oficialmente chamados de *caboclos*, sobre os quais foram dedicados estudos de seus hábitos e costumes considerados exóticos, suas danças e manifestações folclóricas em vias de extinção, como também apareceram em publicações, crônicas de memorialistas que exaltaram de forma idílica a contribuição indígena nas origens e na chamada formação social de municípios do interior. (SILVA, 2011).

A invenção do caboclo

Em geral, os Índios são inclinados a embriagues, ao furto e a devassidão; a preguiça os domina; a pesca e a cassa são a sua habitual ocupação; têm gênio bellicoso, e são valentes, o que prova que ainda se ressentem de sua selvageria. Eles são susceptíveis de educação e ensino. Perdem-se bons músicos, etc. etc. Hoje talvez fosse mais conveniente confundir esse resto de Índios com a massa da população; e o governo dispor das terras como melhor lhe parecesse; por que isto de Aldêas é uma chimera⁴.

As afirmações acima constam em um ofício encontrado no Arquivo Público Estadual de Pernambuco/APE, enviado por Francisco Camboim, o Barão de Buíque, Diretor Geral Interino dos Índios da Província de Pernambuco ao Presidente da Província em 1870. Nas últimas três décadas do Século XIX, em vários discursos oficiais, de responsáveis pela política

⁴ Arquivo Público estadual de Pernambuco. Ofício de em 15/11/1870. Códice DII-19, folha 175. O Termo “chimera” (quimera) significa: fantasia; produto da imaginação; utopia; absurdo.

indigenista foi afirmado que os índios estavam “confundidos com a massa da população”. (SILVA, 1996).

As imagens de degeneração foram vinculadas a do desaparecimento dos índios, servindo ambas como argumentos para a negação da identidade étnica dos indígenas e a afirmação da mestiçagem das populações indígenas. Essa afirmação legitimava as tradicionais invasões das terras indígenas. Invasões ampliadas por particulares ou pelo Estado, depois da Lei de Terras de 1850, em esbulho das terras das aldeias, favorecidos por mecanismos legais. Em 1861, O Governo Imperial solicitou por meio de circular enviada as Diretorias das Terras Públicas e Colonização nas províncias, informações para organização do serviço de Catequese indígena. (SILVA, 2011).

No questionário enviado, dentre outros itens a serem averiguados, constava os costumes característicos de cada “tribo”, o “desenvolvimento intelectual e moral”, as relações dos aldeamentos com as populações circunvizinhas e quais os índios que poderiam ser dispensados da tutela dos Diretores para demarcação de parte das terras em lotes destinados às famílias indígenas e outra parte a ser vendida em hasta (leilão) pública. Em 1869, o Conde de Baependy informava que o Aldeamento da Escada fora extinto, “porque os poucos índios que ali habitavam achavam-se já confundidos na massa geral da população”, razão pela qual o governo da Província de Pernambuco determinara a extinção.

As várias imagens acerca dos indígenas a partir de meados do Século XIX estiveram relacionadas com os subterfúgios, eufemismos e argumentos sutis utilizados para legitimação das invasões e esbulhos das terras indígenas. Por outro lado, também, a grande lavoura diante das pressões e restrições crescentes ao uso da mão-de-obra negras escravizada tinha nos indígenas, uma possibilidade de substituição para o trabalho livre.

Intensificaram-se os discursos oficiais sobre o desaparecimento dos índios e a extinção dos aldeamentos em Pernambuco e em várias províncias (estados) da atual região Nordeste. Ao afirmarem que não haviam mais razões para existência das aldeias, posseiros, senhores de engenho e latifundiários, sobretudo após a Lei de Terras de 1850, como se constata na documentação histórica, ampliaram suas invasões nas terras dos antigos aldeamentos.

O discurso oficial naquele período justificava a medição, demarcação e loteamento das terras indígenas, como forma de solucionar conflitos entre os índios e os invasores, legitimando os arrendatários tradicionais que paulatinamente tinham se apossado das terras dos aldeamentos. Somava-se à negação da identidade dos índios, muitos pedidos de invasores dos territórios indígenas e autoridades, para declaração legal da extinção dos aldeamentos, em razão do suposto desaparecimento dos grupos indígenas. (SILVA, 1996).

No Nordeste os habitantes dos lugares onde existiram antigos aldeamentos passaram a ser chamados de caboclos. Condição muitas vezes assumida pelos indígenas para esconderem a identidade diante das inúmeras perseguições. Escritores e vários estudiosos, como Gilberto Freyre, Estevão Pinto, Câmara Cascudo, dentre outros, reafirmaram o desaparecimento dos indígenas no processo de miscigenação racial, integração cultural e dispersão no conjunto da população regional. Assim, as imagens e discursos sobre o caboclo apareceram em obras literárias tratando dos fatos pitorescos, recordações, “estórias” das regiões Agreste e Sertão, atual Semiárido pernambucano. Como personagens “típicos” e curiosos que buscavam se adaptar às novas situações de sem-terras, vagando em busca de trabalho para sobrevivência, a exemplo João Mundu, no conto “O caboclo”, publicado por Estevão Pinto no livro *Pernambuco no Século XIX*.

O livro publicado em 1922 é uma coletânea de crítica de costumes e descrições de tipos populares. No referido conto, o autor respondeu a sua própria pergunta: “Quem era João Mundu? O caboclo pernambucano, o cruzado de elementos dispare e formadores, a soldagem que se diluía na fluidez dos termos – cariboca, mamaluco, ‘tapanhuma’, carijó” (PINTO, 1922, p.105).

No texto, lê-se ainda:

Seus avós, cariris ou sucurus, ocupavam-se em fazer os arcos e tacapes, fabricavam partazanas da branca ‘ubiritanga’ e cortavam, donde lhes parecia melhor, da sapucaia ou do genipapeiro, os eixos de moer e os remos de canoa... João Mundu, não! Custava-lhe muito menos enfiar as continhas de côco, enfeixar as vassouras de

piaçaba e perfurar os canudos de cachimbo. (PINTO, 1922, p.106).

É possível apreender nesse trecho do texto que não se sabia ao certo de onde viera o caboclo João Mundu. Na continuidade do texto, o autor nos informa apenas que João Mundu chegara maltrapilho e cheio de piolhos. Fizera um casebre de barro, coberto com palhas de carnaúba, adaptado às suas necessidades e hábitos no mínimo exóticos: “Como cabide, um prego; como leito, uma rêde. A mobília? A esteira. A baixella? A caneca.” No local da nova moradia a terra era exuberante e ao redor da casa existiam muitas frutas silvestres; todavia, diz o autor: “o caboclo morria de fome e terminava na miséria”. (PINTO, 1922, p.106). Esse era o seu destino.

Quem era João Mundu? Para Estevão Pinto, era a imagem do caboclo, do habitante do interior: “João Mundu era o sertanejo pernambucano da primeira metade do Século XIX”. Mas também de indiscutíveis origens indígenas, pois “Filho dos tapuios de frechas farpadas, dos ‘paporicós’ de Ararobá ou dos ‘carijós’ de Rodelas, trazia nas veias as superstições ferrenhas de seus antepassados”. O autor metaforicamente se referiu aos Paratió, habitantes, juntamente com os Xukuru, na Serra do Ororubá (Cimbres/Pesqueira), e aos Fulni-ô (Carnijós), todavia relacionando esses últimos ao Sertão de Rodelas, região com reconhecida presença de populações indígenas.

Mais adiante no texto o autor expressou a ideia do processo de miscigenação racial: “João Mundu descendia dos bugres. Ponto de junção de dois elementos formadores, um autochthene e outro alienígena” (PINTO, 1922, p.106). O escritor Estevão Pinto, no texto “O caboclo” reafirmou a imagem do caboclo como resultado do amálgama das raças, que gerou um tipo curioso, situado entre um passado primitivo longínquo dos seus ancestrais e a situação dos novos tempos: o caboclo.

A emergência étnica: os povos resistentes

Eu me sinto humilhado porque ainda hoje, 500 anos depois de roubarem nossas terras, temos que lutar por elas. Nós não escondemos nossa identidade, somos

índios. Ainda resta nossa religião, não tudo, porque os brancos fizeram um massacre grande, matando, perseguindo, estuprando. O retrato da violência esta no rosto de cada um, aqui no Nordeste; está no Cruzeiro, ele era símbolo da perseguição portuguesa, do massacre. Sem esquecer o que aconteceu, espero mudar nossa realidade. É difícil porque moramos num país onde quem fala mais alto é o dinheiro, mas a gente não vai desistir. Há quatro anos que estamos lutando pelo reconhecimento de nossa aldeia. Eu tenho sempre viajado a reuniões, enviado documentos, conseguimos que a FUNAI mandasse um antropólogo para fazer um estudo, estamos esperando o reconhecimento. Índio é aquele filho de índio que preserva sua cultura, sua religião, que aprende com seus antepassados e continua a ensinar para as futuras gerações. Eu sou índio porque nasci índio, e não porque existe a FUNAI. Há 100 anos atrás não existia FUNAI e meu tataravô existia. (GERLIC, 2001, p.12).

O desabafo expresso nas palavras de Cícero Marinheiro, Cacique do povo Tumbalalá, habitantes no município de Abaré, no Sertão, entre a divisa dos estados da Bahia e Pernambuco, revela que os índios no Nordeste afirmam suas identidades étnicas, enquanto povos diferenciados do conjunto da população regional e reivindicam o reconhecimento de suas terras e de seus direitos junto aos poderes públicos.

Apesar de conhecidos como “caboclos” também no senso comum da sociedade, e nos lugares onde existiram antigos aldeamentos e essa ideia do índio como “caboclo” justificada em diversos estudos regionais, todavia, o “caboclo” permaneceu índio, questionando as visões preconceituosas, as teorias explicativas do suposto desaparecimento indígena, isso por que vários povos indígenas no Nordeste, “invisíveis” desde fins do Século XIX, teceram uma história de resistência étnica afirmada nas primeiras décadas do Século XX, em razão das pressões que recebiam com o avanço do latifúndio sobre as suas pequenas propriedades, sítios e glebas de terras onde permaneceram resistindo, mobilizaram-se para exigirem suas terras e seus direitos.

Os povos indígenas no Nordeste considerados extintos desde meados e fins do Século XIX, a partir das primeiras décadas do Século XX

pressionaram as autoridades para obterem o reconhecimento oficial enquanto povos étnicos diferenciados. Nas narrativas das memórias orais e em registros documentais sobre esses povos, encontramos relatos de viagens ao Rio de Janeiro, onde estava a sede do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) e a partir de 1967 à sede da FUNAI em Brasília/DF, para solicitarem o direito à instalação de um Posto do órgão indigenista em suas áreas indígenas, o que significava o fortalecimento das mobilizações pelo reconhecimento estatal e a reconquista de suas terras tradicionais.

Nos últimos 30 anos, diversos povos indígenas ressurgiram no Nordeste, como os Pitaguary, os Tremembé, os Kalabaça, os Tabajara, os Potiguara, os Jucá, os Kanindé, os Anacé, no Ceará; os Pipipã, em Pernambuco. Os Tupinambá, os Tumbalalá, na Bahia; os Kalancó, os Karuazu, os Catókinn, os Koiupanká, todos em Alagoas e em 2003, tornou-se público o ressurgimento dos Pankauiká, e dos Pankará em Pernambuco. Esses povos reunidos na cidade de Olinda/PE em 2003, no *I Encontro Nacional dos Povos Indígenas em Luta pelo Reconhecimento Étnico e Territorial*, se autodenominaram *povos resistentes*. São povos que vivenciaram um processo dinâmico de reelaborações das suas identidades étnicas, em contextos de mobilizações pela terra, pela conquista e garantia de seus direitos sociais, a exemplos de uma educação e saúde diferenciadas.

Esse fenômeno de “emergência étnica” que vem acontecendo nas áreas mais antigas da colonização a exemplo do Nordeste foi chamado pela atual reflexão antropológica de etnogênese. Ou seja, o processo de emergência histórica de um povo que se auto identifica em relação a uma herança sociocultural, a partir da reelaboração de símbolos e reinvenção de tradições culturais, muitas das quais apropriadas da colonização e relidas pelos horizontes indígenas. (OLIVEIRA, 1999).

A visão da História do Brasil apenas enquanto uma tragédia para os índios, enfatizada durante muito tempo pelas reflexões das Ciências Humanas e Sociais, fundamentou-se nos relatos dos primeiros cronistas coloniais, que descreveram as violências e atrocidades no início da colonização e nos anos posteriores. Essa visão apenas trágica aliada a uma concepção evolucionista norteou também por muito tempo as reflexões sobre os povos indígenas no Brasil.

As mobilizações dos povos indígenas no Nordeste impôs a necessidade de repensar uma ideia da colonização como uma suposta grande conquista de povos, pacíficos e subjugados, derrotados e massacrados. Além dos confrontos abertos, circunstancialmente foram elaboradas diversas estratégias de resistência, às vezes silenciosas, invisíveis, camufladas, tecidas ao longo de anos, que foram envolvendo os colonizadores. Enfim, uma derrota ainda que relativa, da colonização, pela capacidade histórica dos povos indígenas, particularmente em regiões como o Nordeste do Brasil, elaborarem diferentes estratégias de resistência, para a afirmação étnica e conquista do apoio da sociedade para o reconhecimento, conquista e a garantia dos seus direitos.

As novas abordagens sobre os índios no Nordeste

A publicação em 1992 do livro *História dos índios no Brasil*, uma alentada coletânea organizada pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, com textos poucos historiadores e também um texto do John Monteiro sobre os Guarani do Sul do Brasil Colonial, foi um marco para a chamada “Nova História indígena no Brasil” termo cunhado pelo próprio John Monteiro em sua Tese de Livre Docência defendida na UNICAMP em 2001.

Na citada coletânea foi publicado o capítulo “Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico”, elaborado por Beatriz Góes Dantas, José Augusto Laranjeiras e Maria do Rosário Carvalho, pesquisadores na área da Antropologia com reconhecidas atuações junto aos povos indígenas em Sergipe e na Bahia. Com um enfoque sobre a presença indígena nos diversos processos históricos da colonização regional, o referido texto representou mudanças significativas das abordagens nos estudos a respeito dos índios no Nordeste.

O pesquisador José Mauricio A. Arruti publicou em 1995 o texto “Morte e vida do Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional”, resultado de suas reflexões nos estudos sobre os índios Pankararu (PE) para a elaboração de sua Dissertação de Mestrado em Antropologia no Museu Nacional/UFRJ. Também situado nas perspectivas das novas abordagens sobre os índios no Nordeste, trata-se de um artigo de leitura instigante, onde após discorrer como os indígenas

tiveram suas identidades e direitos negados e sua extinção declarada após meados do Século XIX, o autor apresentou um amplo painel da “emergência étnica” com as mobilizações indígenas em conexões com os processos históricos regional/nacional na busca pelo reconhecimento oficial, a partir das primeiras décadas do Século XX, com a fundação do Serviço de Proteção ao Índios/SPI.

A *Coleção Índios do Nordeste: temas e problemas* vêm sendo publicada desde 1999 pela Editora da Universidade Federal de Alagoas (EDUFAL), contando até 2016 com 15 volumes. Boa parte dos livros dessa série são estudos dedicados aos índios em Alagoas, embora também existam coletâneas de textos publicados por autores que pesquisam os povos indígenas no Nordeste. Todavia, não observamos uma preocupação na discussão teórica mais aprofundada sobre o conjunto dos textos publicados em cada volume. Um estudo sobre os significados dessa Coleção para as reflexões a respeito dos índios na Região ainda estar por ser realizado, contudo nos artigos reflexões publicados são resultados de pesquisas que incorporaram ou dialogaram com as recentes abordagens sobre os povos indígenas no Nordeste.

O livro *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*, organizado pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira (UFRJ/Museu Nacional) e publicado em 1999 (a 2ª edição em 2004), marcou decisivamente as mudanças ocorridas nos atuais estudos sobre os povos indígenas no Nordeste. Em um instigante texto introdutório o organizador a partir dos conceitos situação colonial, territorialização e fluxos culturais, propôs uma etnologia sobre os chamados “índios misturados” no Nordeste, situando as discussões nos artigos que compõem a coletânea.

Trata-se, portanto, de uma coletânea com textos que problematizaram as práticas discursivas nos processos históricos de esbulhos das terras dos aldeamentos, enfatizando as mobilizações indígenas contemporâneas pelas afirmações das identidades étnicas e reivindicações de seus territórios. Os artigos desse livro são reflexões a partir estudos acadêmicos para o mestrado e doutorado, na sua maioria orientados pelo organizador, e resultaram na feliz conjugação de abordagens baseadas em pesquisas antropológicas, sociológicas, históricas como também as que

dialogam com outras áreas do conhecimento a exemplos as discussões dos estudos linguísticos.

Com a publicação do livro *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória* em 2011, é possível afirmar que definitivamente se consolidou os povos indígenas na Região como um tema de estudos. Passados mais de 10 anos, após a 1ª edição da coletânea *A viagem de volta*, essa nova publicação representou um esforço de reunir textos das mais recentes pesquisas e reflexões sobre os povos indígenas na Região. Confirmando, portanto, que os interesses pelos estudos a respeito dos índios no Nordeste não só continuaram ao longo do período, como foram ampliados e se diversificaram.

Essa volumosa (714 págs.) nova coletânea foi composta por 24 textos que retomaram abordagens sobre os índios no Nordeste, pensados enquanto sujeitos históricos ao longo da História do Brasil. E como se lê na Apresentação, o livro “decorre do desconforto e mesmo indignação que gera num conjunto de pesquisadores a forma superficial e preconceituosa com que a existência indígena no Nordeste” (OLIVEIRA, 2011, p.9), o que é exposto diuturnamente com muita força pelos meios de informações com consequências danosas para os conhecimentos sobre os povos indígenas entre estudantes, na formação da opinião pública e no senso comum em geral.

A publicação é sem dúvidas uma significativa contribuição para compreensão da participação dos povos indígenas nos processos históricos no Nordeste, e por essa razão uma leitura imprescindível para todos/as aqueles/as que se empenham com seriedade em conhecer e estudar a história da Região na perspectiva das mudanças sociais, onde os povos indígenas foram, são e serão atores sociopolíticos atuantes e importantes.

Considerações finais

Os índios no Nordeste que durante muito tempo foram oficialmente chamados de “remanescentes” e também conhecidos pelo senso comum como “caboclos”, elaboraram diferentes estratégias frente às diversas formas de violências, invasões de seus territórios, à negação de suas identidades étnicas, o desrespeito aos seus direitos e às imposições

socioculturais coloniais. Os povos indígenas no Nordeste por meios de mobilizações afirmam suas identidades, enquanto povos diferenciados do conjunto da população regional e ao reivindicarem o reconhecimento de direitos e garantias de suas terras junto aos poderes públicos, questionam as explicações históricas defendendo o destino trágico com o desaparecimento ou extermínio desses povos nos primeiros anos da colonização portuguesa. Com sua mobilização, os povos indígenas no Nordeste vêm superando a visão que os consideram vítimas da colonização e afirmam seus lugares como participantes e sujeitos que (re)escrevem a História da Região e do Brasil.

As mobilizações indígenas, as pesquisas e reflexões históricas realizadas sobre os povos indígenas no Nordeste, a partir de abordagens que incorporam as discussões interdisciplinares mais recentes, além de possibilitarem rever uma história linear, ufanista como uma grande conquista, questionam o suposto extermínio indígena ou o desaparecimento com a simplista explicação da mestiçagem no Nordeste. Os estudos recentes estão contribuindo para um maior conhecimento das relações coloniais aonde os indígenas continuamente vem sendo atores/sujeitos, contribuindo também para compreensão dos processos históricos de afirmações étnicas na Região e a atualidade dos povos indígenas no Nordeste.

Referências:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília, MEC/Secad: Museu Nacional/UFRJ, 2006.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

GERLIC, Sebastián. (Ed.). **Índios na visão dos índios: Tumbalalá**. Salvador: Gráfica Santa Helena, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, Tapuias e historiadores: estudos de história indígena e de indigenismo**. 2001. 235f. Tese (Livre-Docência). Universidade de Campinas (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH). Campinas, SP, 2001.

MONTEIRO, John M. Armas e armadilhas. In: NOVAES, Adauto. (Org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p.237-249.

OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). **A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Darcy Ribeiro: os índios e a civilização. In: MOTA, D. Leonardo. (Org.). **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico**. São Paulo: SENAC, 2001, p. 405-422.

OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

PINTO, Estevão. **Os indígenas do Nordeste: organização e estrutura social dos indígenas do Nordeste brasileiro**. São Paulo: Nacional, 1938. (V. 2).

PINTO, Estevão. **Os indígenas do Nordeste: introdução ao estudo da vida social dos indígenas do Nordeste brasileiro**. São Paulo: Nacional, 1935. (V.1).

PINTO, Estevão. **Etnologia Brasileira: Fulniô os últimos tapuias**. São Paulo, Nacional, 1956.

PINTO, Estevão. **Pernambuco no Século XIX**. Recife: Imprensa Industrial, 1922.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Cultura e História, sobre o desaparecimento dos povos indígenas. In: **Revista de Ciências Sociais**, 23/24 (1/2), 1992/1993, p. 213-225.

RIBEIRO, Darcy. **Sobre o óbvio**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2ª ed. São Paulo, Cia. das Letras, 1995.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982. (A primeira edição brasileira foi publicada em 1970).

SAMPAIO, Patrícia Melo. Política indigenista no Brasil imperial. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. (Orgs.). **O Brasil Imperial**. Vol. I: 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 177-206.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo, Cia. das Letras, 1999.

SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da. **A temática indígena na sala de aula: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008**. 2ª ed. Recife, Edufpe, 2015.

SILVA, Edson. Os índios no Nordeste e as pesquisas históricas: as influências do pensamento de John Monteiro. In: **Fronteiras & Debates**, Macapá, v. 2, n. 1, jan./jun. 2015, p. 51-64.

SILVA, Edson, História e diversidades: os direitos às diferenças. Questionando Chico Buarque, Tom Zé, Lenine... In: MOREIRA, Harley Abrantes. (Org.). **Africanidades: repensando identidades, discursos e ensino de História da África**. Recife: Livro Rápido/UPE, 2012, p. 11-37.

SILVA, Edson. A afirmação dos índios no Nordeste! In: **Revista Crítica Histórica**, ano II, nº 4, dezembro/2011, p.314-319.

SILVA, Edson. História indígena em Pernambuco: para uma compreensão das mobilizações indígenas recentes a partir de leituras de fontes documentais do Século XIX. In: **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano** v. 64, 2011, p. 73-114.

SILVA, Edson. Expressões da cultura imaterial indígenas em Pernambuco. In: GUILLEN, Isabel C. M. (Org.). **Tradições & traduções: a cultura imaterial em Pernambuco**. Recife, EDUFPE, 2008, p.215-230.

SILVA, Edson H. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-1988**. 2008. 299f. Tese (Doutorado História

Social) Universidade de Campinas (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH). Campinas, SP, 2008.

SILVA, Edson. Memórias Xukuru e Fulni-ô da Guerra do Paraguai. In: **Ciência em Revista**. São Luís: UFMA, v.3, n° 2, 2005, p.51-58.

SILVA, Edson. “Os caboclos” que são índios: história e resistência indígena no Nordeste. In: **Portal do São Francisco – Revista do Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco/CESVASF**. Belém de São Francisco, ano III, n° 3, 2004, p.127-137.

SILVA, Edson. Povos indígenas no Nordeste: contribuição à reflexão histórica sobre o processo de emergência étnica. In: **Mneme - Revista de Humanidades**, V.4 - N.7 - fev./mar. de 2003, p. 39-46.

SILVA, Edson. “Nossa Mãe Tamain”. Religião, reelaboração cultural e resistência indígena: o caso dos Xukuru do Ororubá (PE). In: Brandão, Sylvana. **História das Religiões no Brasil**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002, p.347-362.V. 2.

SILVA, Edson H. “Confundidos com a massa da população”: o esbulho das terras indígenas no Nordeste do século XIX. In: **Revista do Arquivo Público Estadual de Pernambuco**, n° 46, vol. 42, dez./1996, p.17-29.

SILVA, Edson. **O lugar do índio**. Conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: o caso de Escada – PE (1860-1880). 1995. 128f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco (Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH). Recife, PE, 1995.

POMPA, Cristina. **Religião com tradução**: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. Bauru, SP: Edusc, 2002.

THOMPSON. Edward Paul. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

Resumo:

Povos indígenas no nordeste: mobilizações sociopolíticas, afirmações étnicas e conquistas de direitos

Os índios no Nordeste com suas mobilizações vêm ocupando cada vez mais espaços no cenário sociopolítico regional, enquanto povos diferenciados do conjunto da população regional e reivindicando o reconhecimento a garantia de suas terras e de direitos junto aos poderes públicos. Com isso, questionando as narrativas históricas que ainda defendem o extermínio dos povos indígenas com a colonização portuguesa na Região. As mobilizações indígenas fomentaram pesquisas e reflexões que a partir de novas abordagens históricas incorporando as discussões interdisciplinares a exemplo das análises antropológicas, possibilitaram rever uma história linear, ufanista como uma grande conquista colonial, questionando o suposto desaparecimento indígena com a simplista explicação da mestiçagem no Nordeste. Os estudos recentes ao evidenciarem os indígenas como sujeitos sociopolíticos, estão contribuindo para um maior conhecimento das relações coloniais, para compreensão dos processos históricos das afirmações étnicas e a atualidade dos povos indígenas no Nordeste.

Palavras-chave: índios no Nordeste. Mobilizações políticas. História.

Abstract:

Indigenous peoples in the northeast: sociopolitical mobilizations, ethnicity and achievements of rights

The Indians in the Northeast of Brazil with their mobilizations have been occupying more and more space in the regional socio-political scenario, as distinct peoples of the entire regional population and claiming recognition to guarantee their lands and rights with the public authorities. Thus, questioning the historical narratives that still advocate the extermination of indigenous peoples with the Portuguese colonization in the region. Indigenous mobilizations promoted research and reflections from new historical approaches incorporating interdisciplinary discussions example of anthropological analysis made it possible to review a linear story, vainglorious as a great colonial conquest, questioning the alleged Indian disappearance with the simplistic explanation of miscegenation in the Northeast of Brazil. Recent studies evidencing the indigenous as sociopolitical subjects, are contributing to a better understanding of colonial relationships, to understand historical processes of ethnic claims and the relevance of indigenous peoples in the Northeast of Brazil.

Keywords: Indians in the Northeast of Brazil. Political mobilization. History.